






Diagnóstico Socioambiental do entorno da Terra Indígena Apinajé

RESUMO

Diagnóstico socioambiental do entorno da Terra Indígena Apinajé

RESUMO

Centro de Trabalho Indigenista - CTI
Associação Wyty-Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

2025

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI), fundado em 1979, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por profissionais comprometidos com o presente e o futuro dos povos indígenas. Tem como finalidade contribuir para a autodeterminação dos povos indígenas e a defesa de seus direitos, colaborando para que os mesmos exerçam o controle territorial e a gestão ambiental de seus territórios, além de apoiar sua afirmação étnica e cultural. O CTI atua em Terras Indígenas situadas nos Biomas Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa. Para saber mais consulte: **trabalhoindigenista.org.br.**

CONSELHO ESTRATÉGICO
Andréia Bavaresco (presidência),
Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão,
Maria Elisa Ladeira, Maria Inês Ladeira, Juliana Noleto
e Eliza Castilla

COORDENAÇÃO GERAL
Eliza Castilla, Helena Ladeira, Jaime Siqueira, Juliana Noleto, Marcelo Hotimski, Priscila Chianca
e Renato Bock

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Jaime Siqueira e Juliana Noleto

Programa Timbira

COORDENAÇÃO
Juliana Noleto e Priscila Chianca

COORDENAÇÃO ADJUNTA
Mariana Guimarães

CONSELHO
Maria Elisa Ladeira, Gilberto Azanha e
Elisete da Silva Noleto

EQUIPE TÉCNICA
Amadeus dos Santos, Fernando Ralfer, Maria Helena Rodrigues, Nayane Januário, Paula Sobral,
Raissa Ladislau e Renan Chaves

ASSESSORIA JURÍDICA
Aluisio Azanha

MONITORAMENTO DE PROJETOS
Pollyana Mendonça

Associação Wyty-Catë

A Associação Wyty-Catë das comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, fundada em 1994, é uma organização indígena que articula e defende os direitos dos povos Timbira. Atua nas agendas de educação, saúde, proteção e gestão territorial e ambiental, dentre outras áreas, realizando interlocuções e incidências políticas junto aos órgãos e instituições da sociedade nacional, e implementando projetos comunitários em apoio às práticas socioculturais diferenciadas e a integridade dos territórios Timbira.

DIRETORIA
Oscar Wanhme Apinajé (Diretor-Presidente)
Paulo Thugram Canela (Vice Diretor – Presidente)
Letícia Jokahkwyj Krahô (Diretora Financeira)
Wagner Crowahreh Krikati (Vice Diretor Presidente)
Edivaldo Totxwá Gavião (Diretor Administrativo)
José Kadete Porhé Canela (Vice Diretor Administrativo)

ASSESSORIA
Alixeya Porto Tinto

CONSELHO POLÍTICO
Gercilha Krytkwyj Krahô, Alberto Hapyhi Krahô, Jonas Pynheh Gavião, Maíra Xipcwyj Gavião,
Arlete Cacuxen Krikati, Maria Capacwyj Krikati, Joel WanhmeXy Apinajé, Creuza Nhiró Apinajé,
Francisquinho Tephot Canela, Vladimir Rodiporo
Canela, Antônio Karruxà Canela e Olimpio Tute Canela.

Diagnóstico Socioambiental da TI Apinajé

CONSULTORES TÉCNICOS
Paulo Roberto Homem de Góes
Carlos Augusto Wroblewski

COLABORADORES
Edmar Xavito Apinajé, Joel Dias Apinajé
e Oscar de Sousa Fernandes Apinajé

ASSESSORIA TÉCNICA
Nayane Januário

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO
Juliana Noleto, Mariana Guimarães e Priscila Chianca

DIAGRAMAÇÃO
Fernando Ralfer

Sumário

1. Introdução 5

2. Panorama do uso da terra 6

3. Panorama Fundiário: glebas, imóveis rurais e assentamentos 9

4. Histórico do desmatamento 18

5. Microrregiões, pressões e impactos 25

6. Considerações finais 33

1. Introdução

O presente diagnóstico socioambiental tem como objetivo analisar informações sobre o uso e ocupação do solo no entorno da Terra Indígena Apinajé[1], situada na região do MATOPIBA (sigla que faz referência a parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), atualmente uma das principais frentes de expansão da fronteira agrícola no Cerrado.

Esse cenário se reflete no desmatamento de áreas de vegetação nativa para abertura de pastagens e monoculturas agrícolas, resultando na fragmentação do bioma Cerrado e em severos impactos aos ecossistemas. Entre os efeitos mais evidentes, destacam-se a perda de biodiversidade, a redução da conectividade da paisagem, que permite a movimentação de animais, sementes, águas, e a degradação dos recursos hídricos.

Diante desse contexto, Terra Indígena Apinajé foi analisada tomando como foco um raio de 10 quilômetros do entorno dos seus limites, de forma a subsidiar a elaboração de medidas de proteção territorial diante desse cenário adverso.

Cabe destacar que a terra indígena está localizada em uma região de relevância ambiental por estar em uma zona de transição ecológica entre o Cerrado e formações florestais. Essa condição ecológica, os chamados ecótonos, potencializa a diversidade de habitats e a manutenção de serviços ecossistêmicos estratégicos, como a regulação do clima, a reposição das águas profundas e conservação de solos. No entanto, esse mesmo contexto também significa uma elevada sensibilidade às mudanças no uso e cobertura da terra, tornando a região particularmente vulnerável aos impactos da ação humana que avançam sobre seus limites.

As análises foram feitas por meio de sistematização de dados secundários obtidos junto a fontes oficiais, tais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e outros órgãos e agências governamentais.

Os dados primários, por sua vez, foram gerados através de Sistemas de Informação Geográfica - SIG. Por fim, visando a qualificação das informações foi realizada visitas a campo, com escuta ativa das lideranças Apinajé, sendo visitados 81 pontos, 7 aldeias e gravadas 10 entrevistas.

1 A Terra Indígena Apinajé está localizada no estado do Tocantins, nos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Itaguatins e São Bento. A TI Apinajé foi oficialmente declarada através do Decreto 90.960 de 14 de fevereiro de 1985 e homologada em novembro de 1997, ocupando uma área de aproximadamente 142 mil hectares, onde vivem, aproximadamente, 2.700 indígenas.

2. Panorama do uso da terra

Foi realizada uma análise do uso e cobertura da terra entre os anos de 1985 e 2023, buscando compreender quais foram e onde se localizam as maiores mudanças ocorridas nesse período. No entorno observa-se um processo acelerado de transformação da paisagem, onde a vegetação nativa vem sendo substituída por pastagens e lavouras ligadas às atividades agropecuária e à agricultura mecanizada, configurando uma dinâmica de intensa pressão sobre os ecossistemas nativos.

As áreas de florestas sofreram as maiores reduções, com uma perda de 31.803,44 hectares ou 41% de sua área original, enquanto as áreas de Cerrado tiveram uma perda de 24.386,54 hectares ou 29% de sua área original. Se somadas, as áreas de florestas e de cerrados foram desmatadas em 56.189,98 hectares nesse período.

Em paralelo, as áreas de pastagem tiveram uma grande expansão, passando de 8.619,04 ha em 1985 para 83.380,29 ha em 2023. Um acréscimo de 74.761,25 hectares ou um crescimento percentual de +867,40%, o que equivale a quase nove vezes a área de 1985. Esse crescimento reflete a consolidação da pecuária extensiva como principal uso da terra na região.

Outras categorias associadas à agricultura também tiveram uma expansão consideravel. As lavouras temporárias cresceram 916,10 hectares, passando de 3,65 ha para 919,75 há e a cultura da soja, ausente em 1985, passou a ocupar 367,17 hectares em 2023. A silvicultura, também inexistente no período inicial, passou a abranger 369,59 hectares.

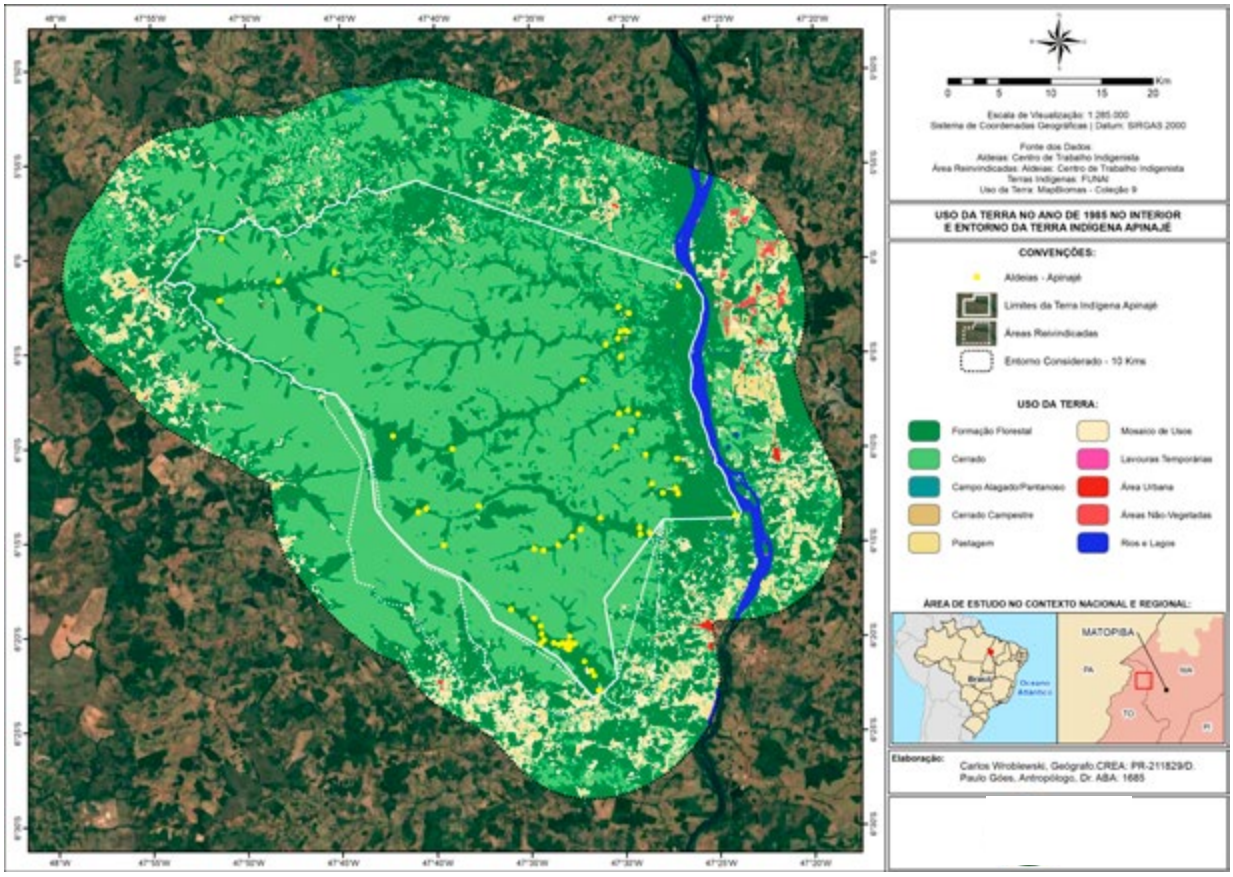
Os rios e lagos apresentaram leve redução (–125,52 ha). Por outro lado, as áreas alagadas aumentaram em 209,62 hectares, o que pode estar relacionado ao uso do solo nas áreas vizinhas, especialmente o barramento de canais para criação de lagoas para irrigação, tal fator pode vir a diminuir a disponibilidade de água na TI.

Apesar desse cenário de forte antropização no entorno, ou seja, de transformação do meio ambiente por meio da ação humana e suas atividades econômicas, a Terra Indígena Apinajé permanece em grande parte conservada, mantendo 99% da vegetação nativa, se configurando como uma importante área de conservação em meio a uma paisagem altamente modificada.

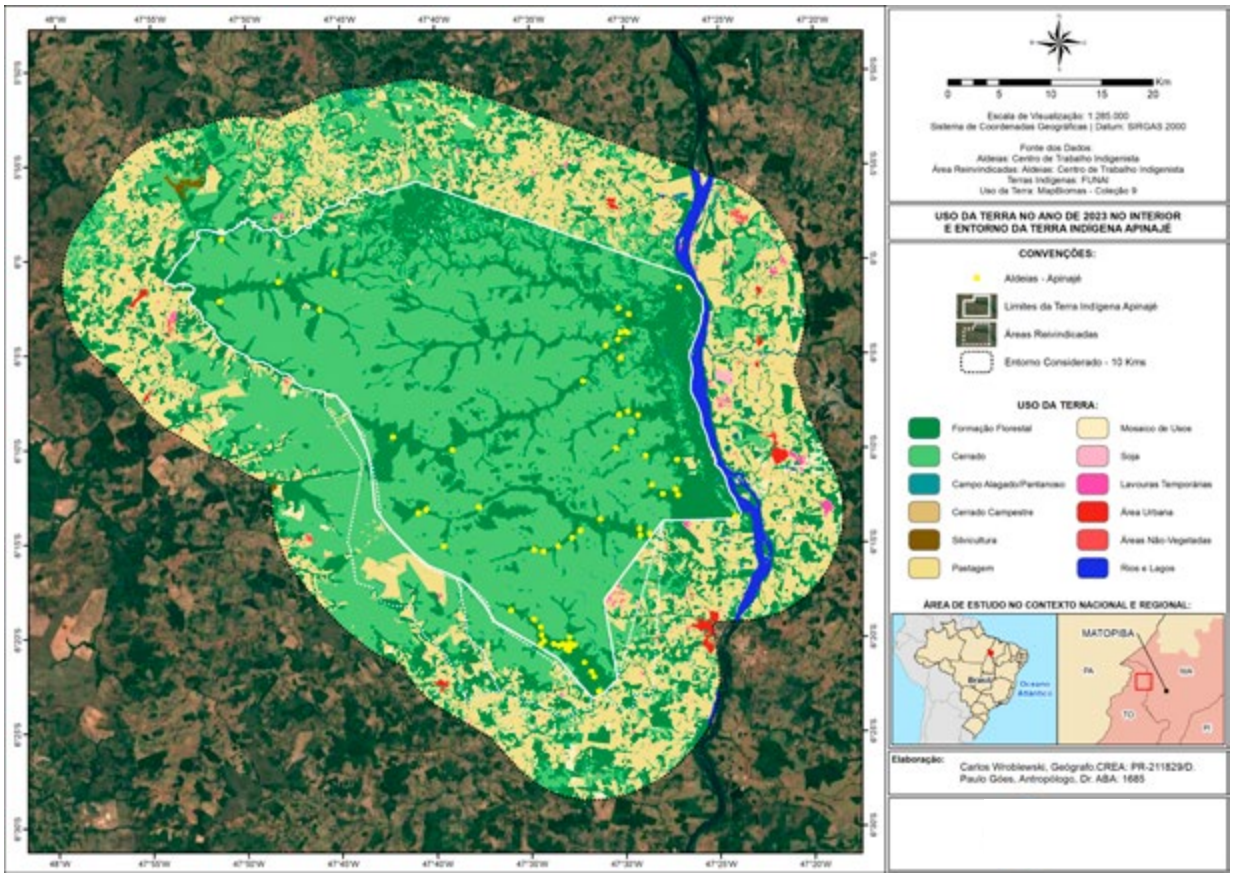
Uso (Entorno)	Área (ha) 1985	Área (ha) 2023	Diferença (ha)
Formação savânica	83.764,24	59.377,71	- 24.386,54
Formação florestal	77.093,29	45.289,85	- 31.803,44
Mosaico de usos	26.414,59	5.587,46	-20.827,14
Pastagem	8.619,04	83.380,29	74.761,25
Rio, lago e oceano	5.111,56	4.986,04	-125,52
Outras áreas não vegetadas	961,01	701,31	-259,70
Campo alagado e área pantanosa	611,81	821,44	209,62
Área urbanizada	408,14	1.089,29	681,14
Formação campestre	53,58	151,03	97,45
Outras lavouras temporárias	3,65	919,75	916,10

Vista aérea evidenciando o contraste entre os limites da TI Apinajé com a Fazenda Dona Maria.





Mapa: Uso da terra no ano de 1985 no interior e entorno da TI Apinajé.

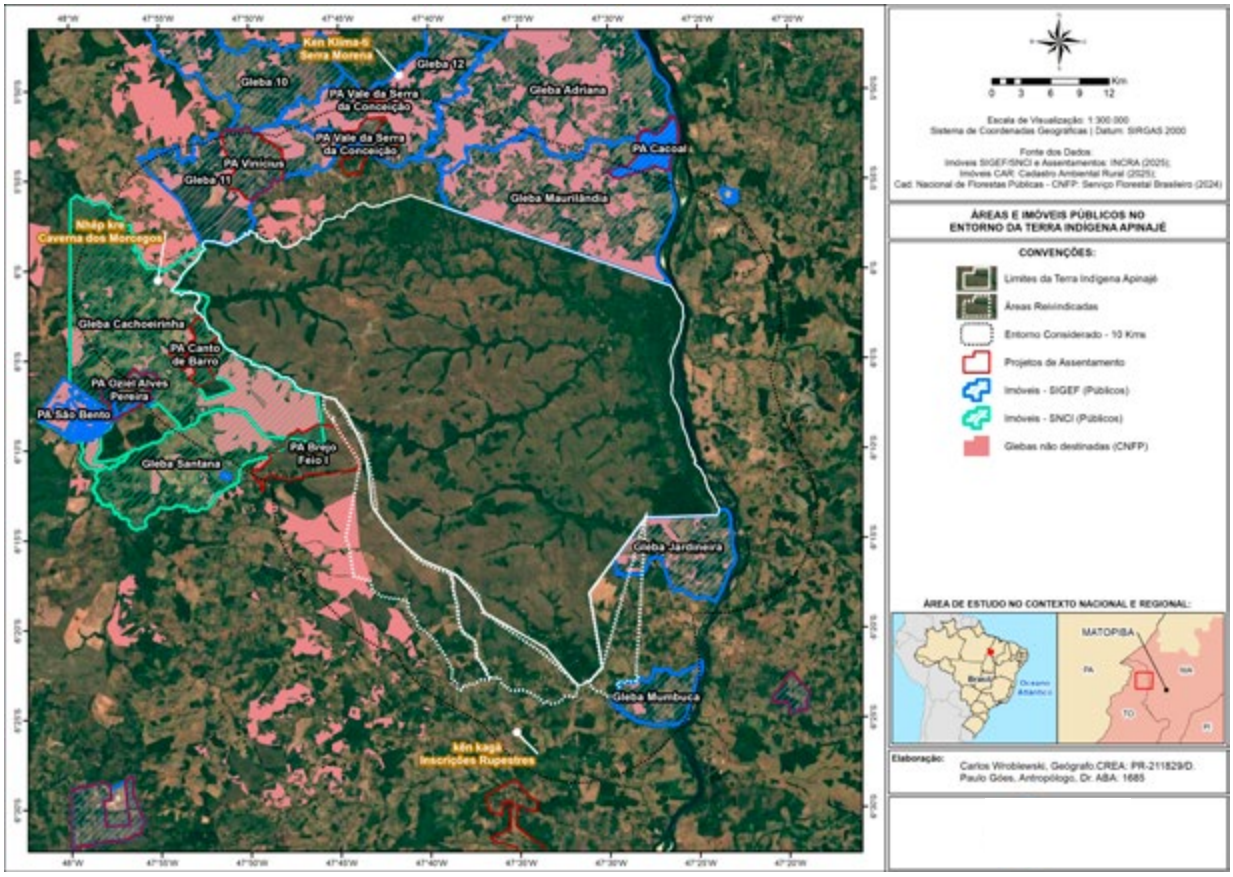


Mapa: Uso da terra no ano de 2023 no interior e entorno da TI Apinajé.

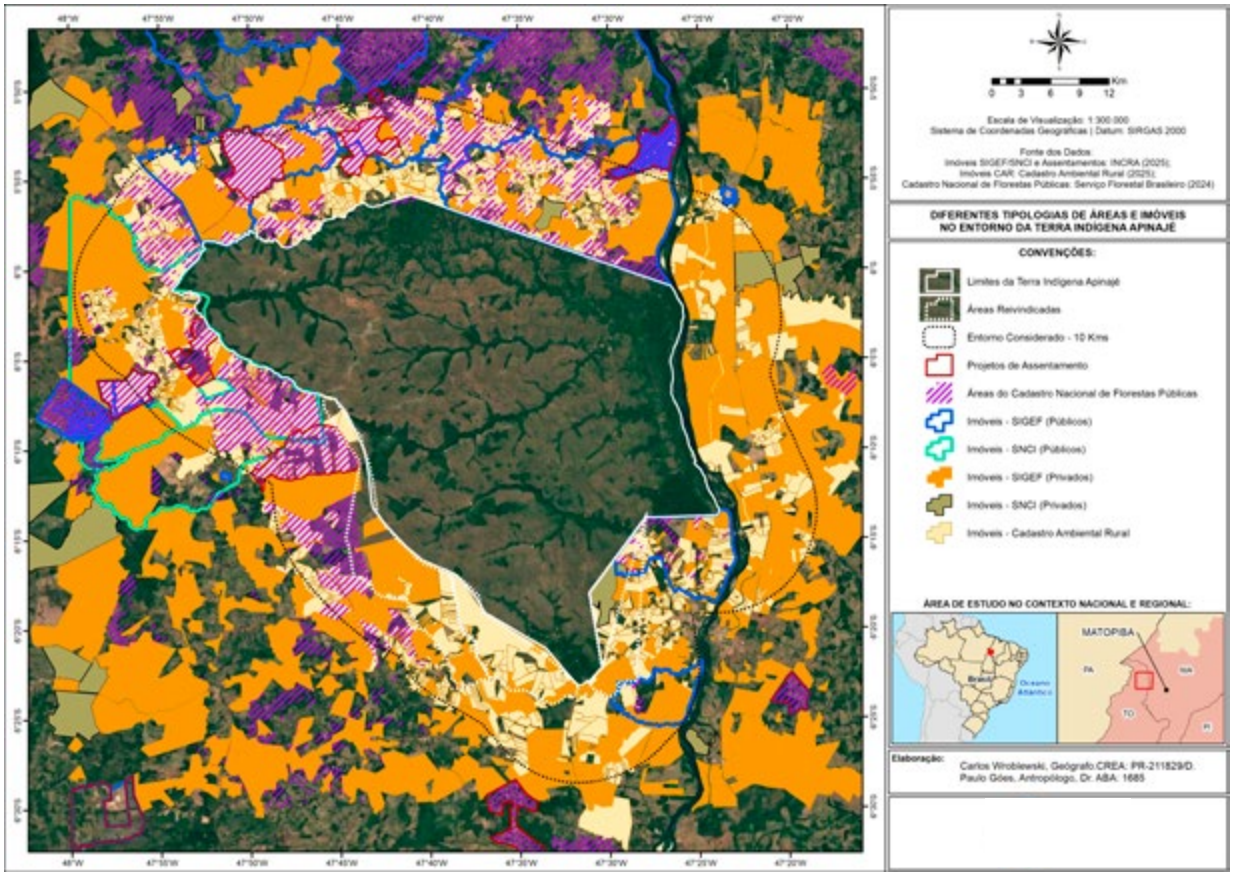
3. Panorama Fundiário: glebas, imóveis rurais e assentamentos

Para a compreensão da situação geral da ocupação das terras no entorno (10 km) da Terra Indígena Apinajé, os dados obtidos de áreas/glebas públicas via Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais (SNCI) e Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) foram relacionados com os imóveis cadastrados no entorno, permitindo identificar tendências de ocupação.

Foi observado que existem 8 glebas públicas, 9 projetos de assentamento (PA) e 419 imóveis rurais, ou propriedades privadas. Dentre os 419 imóveis rurais, 187 estão na condição de "registrado", isto é, as descrições georreferenciadas já foram oficialmente averbadas em cartório de registro; e 232 imóveis encontram-se na situação "certificado", ou seja, tiveram seus limites georreferenciados validados pelo INCRA, sem identificação de sobreposição com outros imóveis no sistema. Esses imóveis, portanto, atingiram o estágio final de regularização fundiária conforme as exigências da Lei nº 10.267/200.



Mapa: Áreas e imóveis públicos no entorno da TI Apinajé.



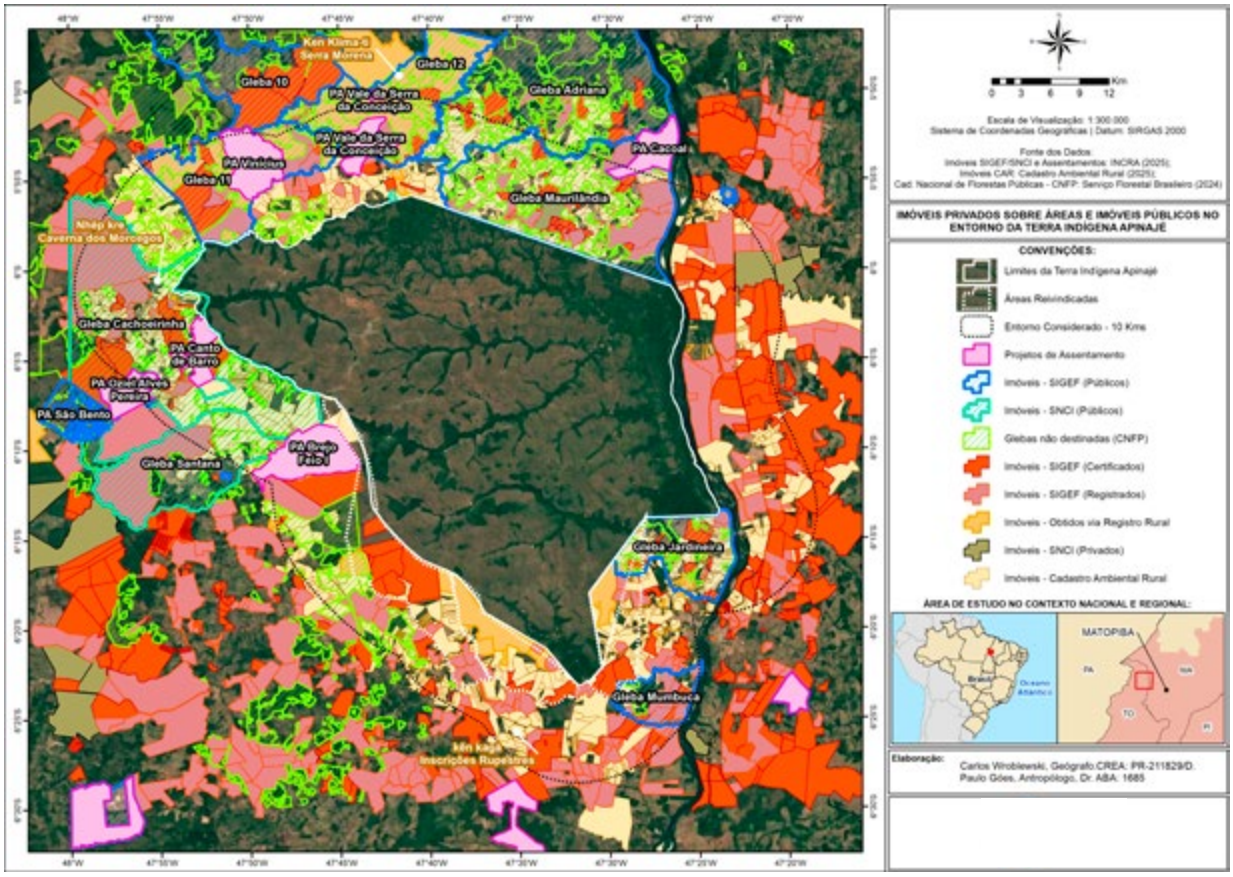
Mapa: Diferentes tipologias de áreas e imóveis no entorno da TI Apinajé.

Também foi observado que muitos dos imóveis rurais inscritos no SIGEF, estão sobrepostos a glebas públicas, sendo:

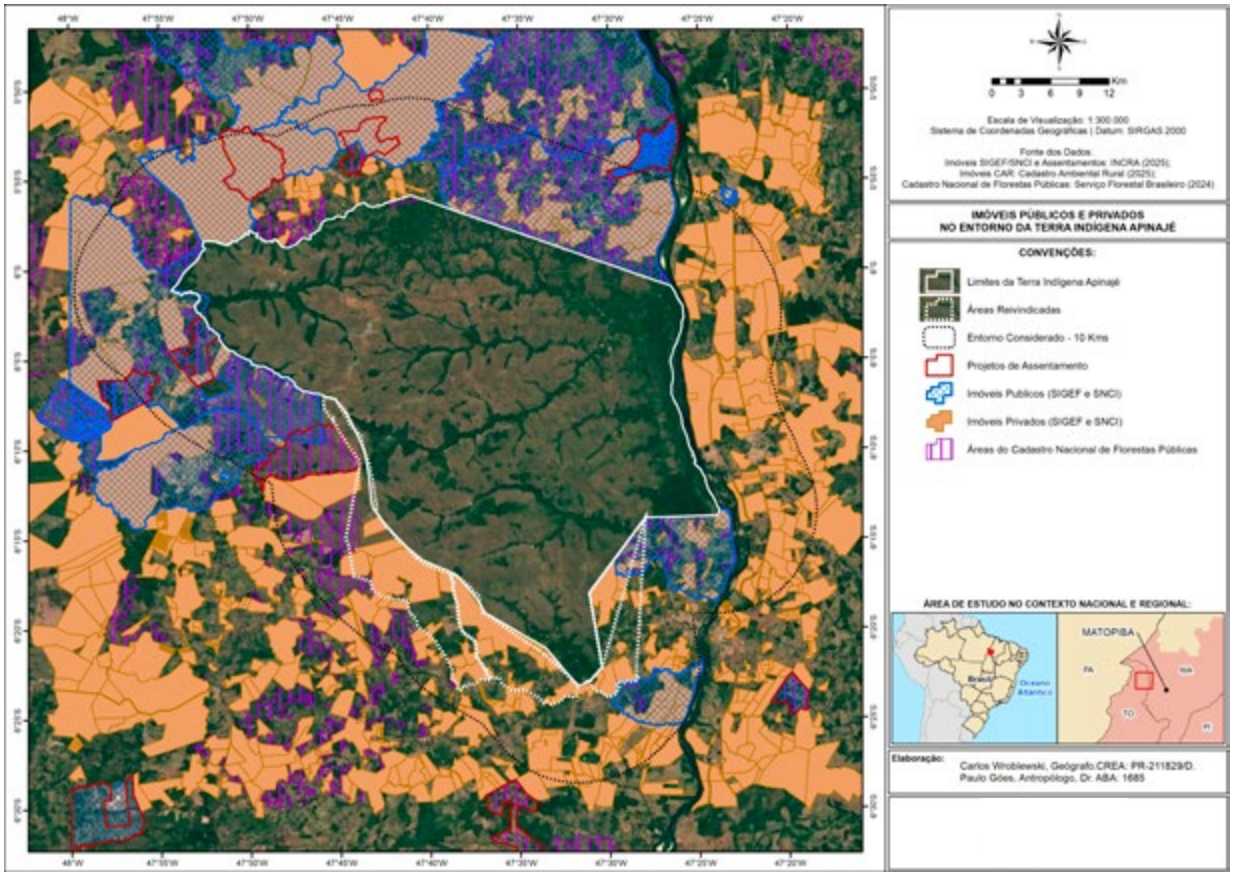
Glebas públicas sem destinação	Imóveis sobrepostos
Gleba Maurilândia	52 imóveis
Gleba Cachoeirinha	40 imóveis
Gleba Adriana	29 imóveis
Gleba 12	23 imóveis
Gleba 11	18 imóveis
Gleba Jardineira	17 imóveis
Gleba Mumbuca	15 imóveis
Gleba Santana	5 imóveis
Gleba 10	1 imóvel
PA Cocal	2 imóveis
PA Ozires Alves Pereira	1 imóvel
PA São Bento	1 imóvel

Dentre estes imóveis, 107 estão certificados junto ao INCRA e 97 estão com o status de registrados junto aos Cartório de Registro de Imóveis. Importante reforçar que a certificação pelo SIGEF não implica direito de propriedade sobre terras públicas. Mesmo imóveis certificados podem estar em situação irregular do ponto de vista fundiário, se estiverem em terras da União, INCRA ou estados.

Os dados fundiários não passaram pela validação da cadeia dominial de todos os imóveis rurais, ou seja, o levantamento do histórico do imóvel desde sua origem até o atual proprietário, momento em que seria possível descobrir se há um processo de grilagem envolvido na destinação dessas glebas. Entretanto, maiores esclarecimentos podem ser solicitados ao INCRA, tendo em vista que há recorrências em práticas dessa natureza.



Mapa: Imóveis privados sobre áreas e imóveis públicos no entorno da TI Apinajé.



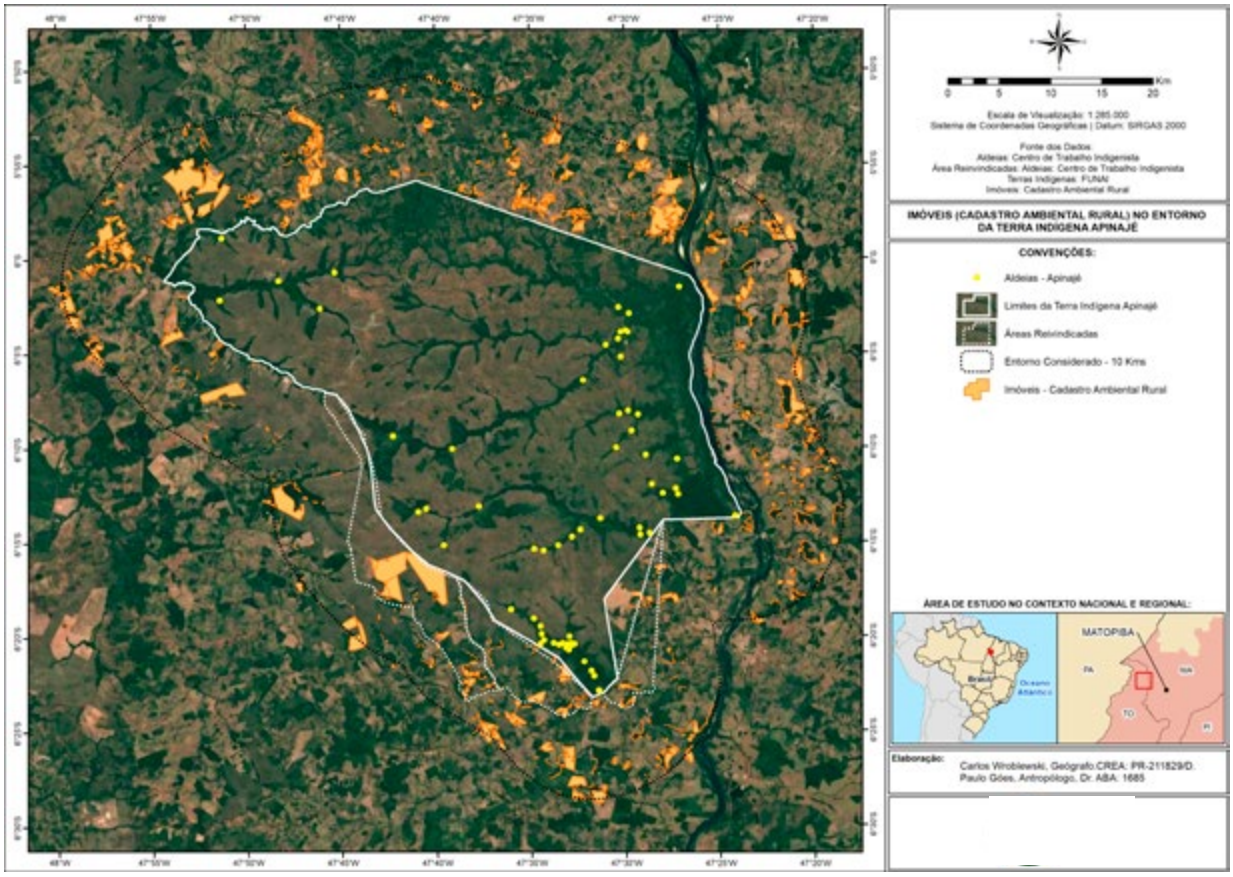
Mapa: Imóveis públicos e privados no entorno da TI Apinajé.

Também foram identificados 2.682 cadastros ambientais rurais (CAR) ativos no entorno da Terra Indígena Apinayé, de acordo com os dados obtidos até 12 de março de 2025. Esse número é significativamente elevado e indica uma alta densidade de ocupações rurais registradas, refletindo a fragmentação fundiária e a complexidade ambiental da região.

A maioria dos 2.682 cadastros apresenta situação de “Aguardando análise”, o que indica que o processo de validação ambiental ainda não foi concluído pela autoridade competente. Apenas uma fração dos cadastros já avançou para fases posteriores, como validação, retificação ou indeferimento.

Também foram levantadas as áreas de imóveis no CAR e SIGEF sobrepostas aos polígonos do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, indicam que a maioria das áreas cadastradas não está regularizada no INCRA, pois consta apenas a inscrição no Cadastro Ambiental Rural, sendo que há 1.006 registros de CAR e apenas 13 de SIGEF.

Logo, é possível que esteja ocorrendo um processo de ocupação sobre áreas públicas, utilizando-se do Cadastro Ambiental Rural para legitimar a propriedade em um momento futuro, tendo em vista que 806 cadastros CAR estão ativos. Ademais, em outros 135 cadastros já foi detectado algum tipo de conflito.

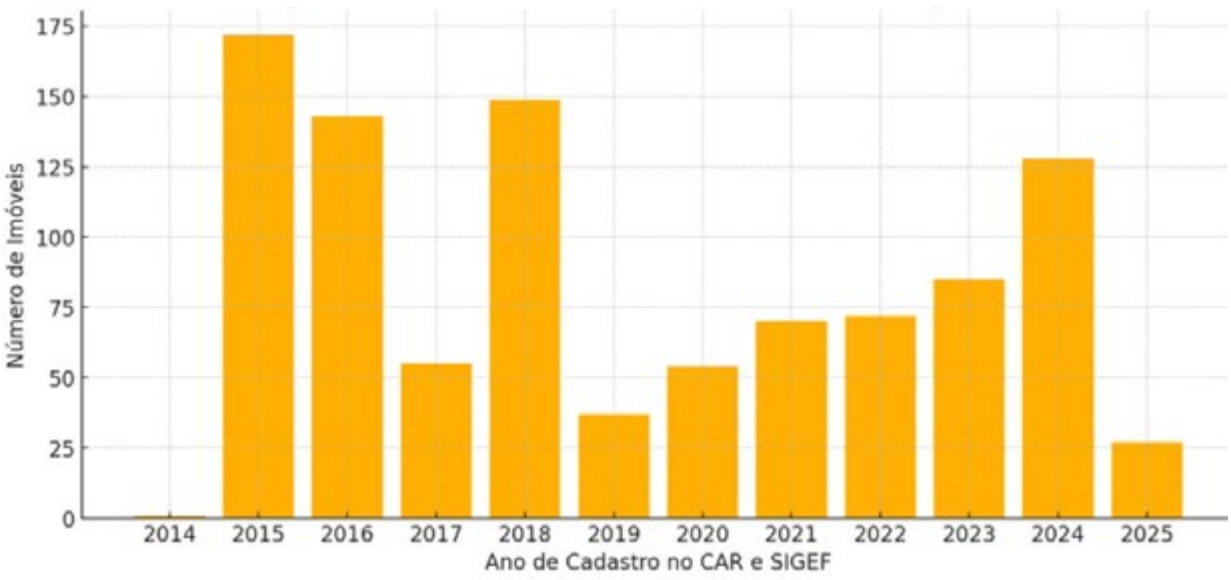


Mapa: Imóveis (Cadastro Ambiental Rural) no entorno da TI Apinajé.

Tal afirmação se baseia em dados recentes, divulgados pela Agência Brasil, que indicam a estratégia de ocupação e registro via CAR, juntamente ao desmatamento em áreas públicas, visando regularização futura11. Os maiores avanços de imóveis rurais sob glebas públicas se dão na Gleba Maurilândia e Cachoeirinha, que coincidem com as áreas de maior concentração de desmatamento observados atualmente, bem como relatado nas entrevistas, indicando a chegada de novos moradores no entorno.

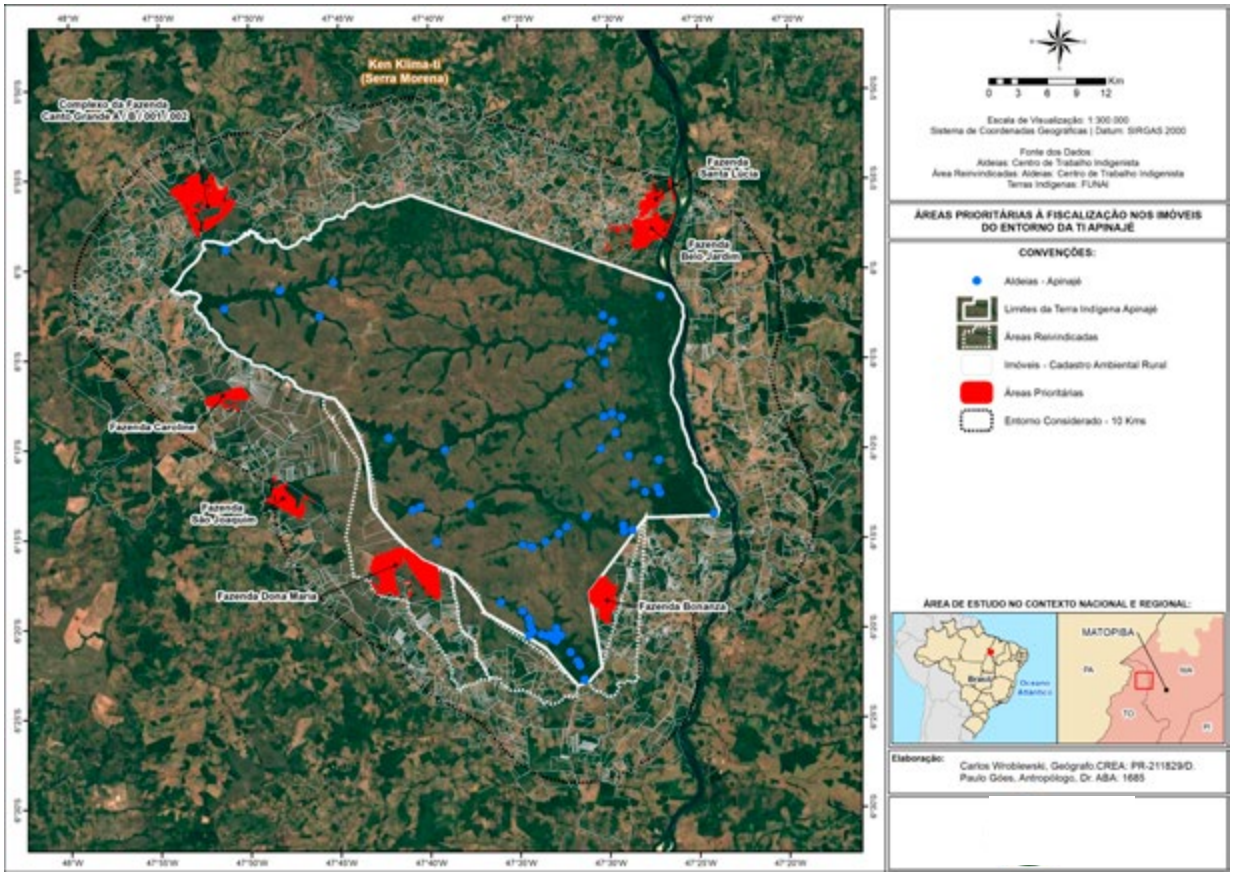
Ao se observar os anos de submissão do Cadastro Ambiental Rural e SIGEF, os anos de 2015, 2016, 2018 e 2024 são os que mais se sobressaem, sendo que a média no período é de 82 cadastro de imóveis/ano.

Distribuição Anual de Cadastros no CAR e SIGEF sobrepostos ao CNPF



Tendo em vista o complexo contexto fundiário no entorno da Terra Indígena Apinajé, foram definidos 10 imóveis que se destacam por contribuírem para o processo de desmatamento, bem como por estarem sobrepostos a glebas públicas e sobre áreas reivindicadas.

Assim, as principais áreas a serem observadas são o conjunto de Fazendas Dona Maria, Bonanza, Belo Jardim e Santa Lúcia (Gilmar Gonçalves Carvalho), Fazendas Canto Grande (Suzano S.A e Guarany Siderurgia e Mineração), Fazenda Caroline (Wallacy Hiorran Abreu Saraiva Sousa e Anny Caroline Souza Queiroz), Fazenda São Joaquim e Fazenda São Sebastião.



Mapa: Áreas prioritárias à fiscalização nos imóveis do entorno da TI Apinajé.

Considerando que Gilmar Gonçalves de Carvalho, proprietário da empresa Agronorte (CNPJ 00.293.663/0001-41), foi recorrentemente citado ao longo das entrevistas e que as análises corroboram que se trata do maior latifundiário que pressiona a Terra Indígena Apinajé, buscamos todas as suas propriedades no entorno da TI, além de identificarmos que ele possui fazendas também no estado de Goiás. A área total dessas fazendas localizadas no entorno da TI Apinajé totaliza 8.681,60 hectares em nome de um único proprietário.

As fazendas Bom Sossego estão sobrepostas à matrícula do LOTº FAZENDA SERRA - GLEBA 12 - Parte 1, Gleba Pública registrada em nome do INCRA no SIGEF (código 9999620307599) com área de 14207,66 hectares.

As Fazendas Belo Jardim, Santa Lúcia I e II e Santa Firmina estão sobrepostas à matrícula do GLEBA Maurilândia, Gleba Pública registrada em nome do INCRA no SIGEF (código 9999620307599) com área de 24063,11 hectares.

A Fazenda Bonanza, sem registro no SIGEF, é limítrofe à Gleba Jardineira - Parte 1, Gleba Pública registrada em nome do INCRA no SIGEF (código 9500504198184) com área de 7.455,00 hectares.

As Fazendas Dona Maria se encontram na Gleba Matão, essa Gleba está sendo desmembrada em diversas áreas, muitas de pequeno porte, porém foi a única em que não nos foi possível localizar o registro e área completa, pois não estão disponíveis no SIGEF nem em outras bases de dados consultadas.

Na porção noroeste, o levantamento indica que o conjunto de Fazendas Canto Grande e áreas vizinhas contíguas à terra indígena estão dominadas por plantios de eucalipto. A expansão dos monocultivos de eucalipto, conforme os relatos dos Apinajé e as análises feitas, está ocorrendo de forma rápida e tende a intensificar os impactos nessa porção da terra indígena. Há duas matrículas da Fazenda Canto Grande registradas em nome da empresa Suzano S.A, duas outras em nome da Guarany Siderurgia e Mineração. Todas essas áreas ficam dentro da Gleba 11, Gleba Pública registrada em nome do INCRA sob código Sigef nº 9999620309702 com área total de 12.932,13 hectares.

Quadro-síntese das fazendas focais no entorno da TI Apinajé

1	**Fazenda Dona Maria III - Parte 1**				
	Código SIGEF	9501227640431			
	Proprietário	Gilmar Gonçalves Carvalho (Agronorte)			
	Área (ha)	1,457.14			
2 3 4 5	**Fazendas Canto Grande**				
		A	**B**	**001**	**002**
	Código SIGEF	9210330183419			
	Proprietário	Guarany Siderurgia e Mineração		Suzano S. A.	
	Área (ha)	1,048.16	823.77	667.55	694.86
	Observações:	*Todas essas áreas ficam dentro da Gleba 11, registrada no INCRA sob o nº 9999620309702, com área total de 12932,13 hectares.*			

6	**Fazenda Bonanza**	
	Código SIGEF	Não possui
	Proprietário	Gilmar Gonçalves Carvalho (Agronorte)
	Área (ha)	1179.46
7	**Fazendas Belo Jardim, Santa Lúcia I e II - Fazenda Belo Jardim**	
	Código SIGEF	9501652616102
	Proprietário	Gilmar Gonçalves Carvalho (Agronorte)
	Área (ha)	1,647.65
8	**Fazenda São Joaquim (única)**	
	Código SIGEF	9510214993580
	Proprietário	XX de Leonidas XX
	Área (ha)	1428.1
	Observações	*Não foi possível localizar o nome da pessoa física que registrou a área. Fazenda limítrofe à fazenda São Joaquim II - espólio de Antonio Luiz Costa Araújo, COD. 9501143244425.*
9	**Fazenda Caroline**	
	Código SIGEF	9501499762960
	Proprietário	Wallacy Hiorran Abreu Saraiva Sousa e Anny Caroline Souza Queiroz
	Área (ha)	697.49
10	**Fazenda São Sebastião - Gleba 01 a 04**	
	Código SIGEF	9501227640512
	Proprietário	XXXXXXNVESTIMENTO E PARTICIPACOXXXXXX
	Área (ha)	1.174,85 (711,39; 92,20; 352,41; 18,85)

Por fim, foram identificadas diversas glebas não destinadas no CNFP que são contíguas à terra indígena, especialmente ao norte, noroeste e oeste da TI, inclusive em áreas próximas aos locais sagrados da Caverna do Morcego e Serra Morena, áreas fortemente reivindicadas pelos Apinajé. Isto é, se trata de uma porção de terra pública que ainda não têm uma finalidade oficial, o que por um lado fortalece a reivindicação Apinajé e, por outro, torna essas áreas mais vulneráveis em relação à grilagem e desmatamento ilegal, reforçando a importância da conclusão do processo de regularização fundiária da Terra Indígena.

4. Histórico do Desmatamento

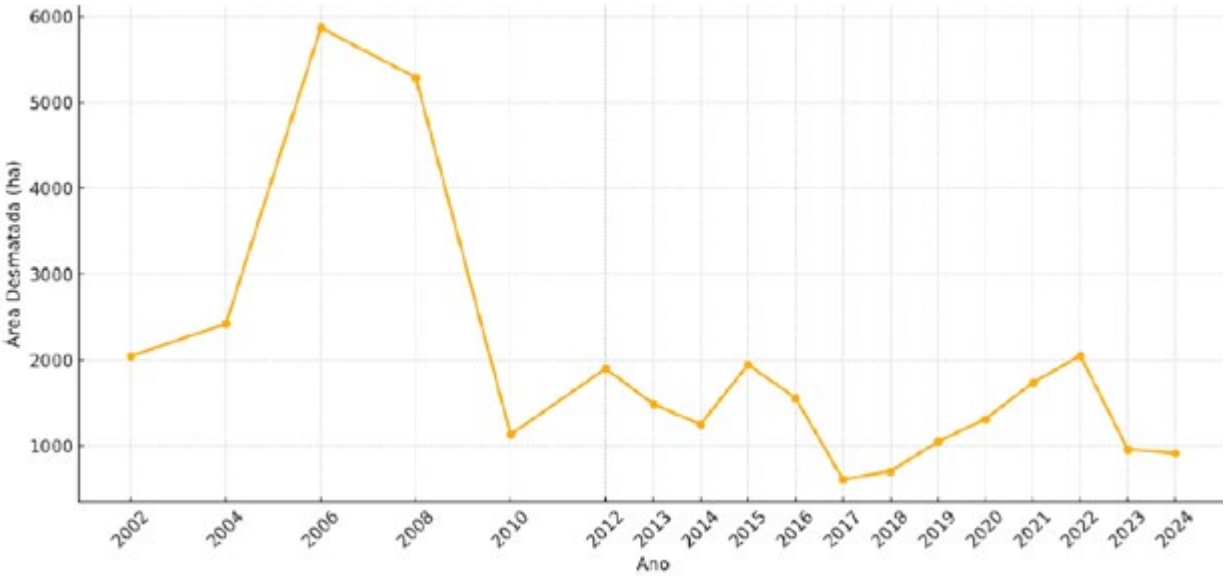
A análise no entorno da Terra Indígena Apinajé indica desmatamento de 34.255 hectares entre os anos de 2000 e 2024, o que equivale a 34 mil campos de futebol, com a média de desmatamento anual de 1.557 hectares em todo o período observado. Entre 2013 e 2024, momento em que os dados passaram a ser computados anualmente, o total desmatado foi de 15.538 hectares, com destaque para o ano de 2022, com o total desmatado de 2.053,30 hectares.

Dados anuais referentes ao desmatamento no entorno da Terra Indígena Apinajé.

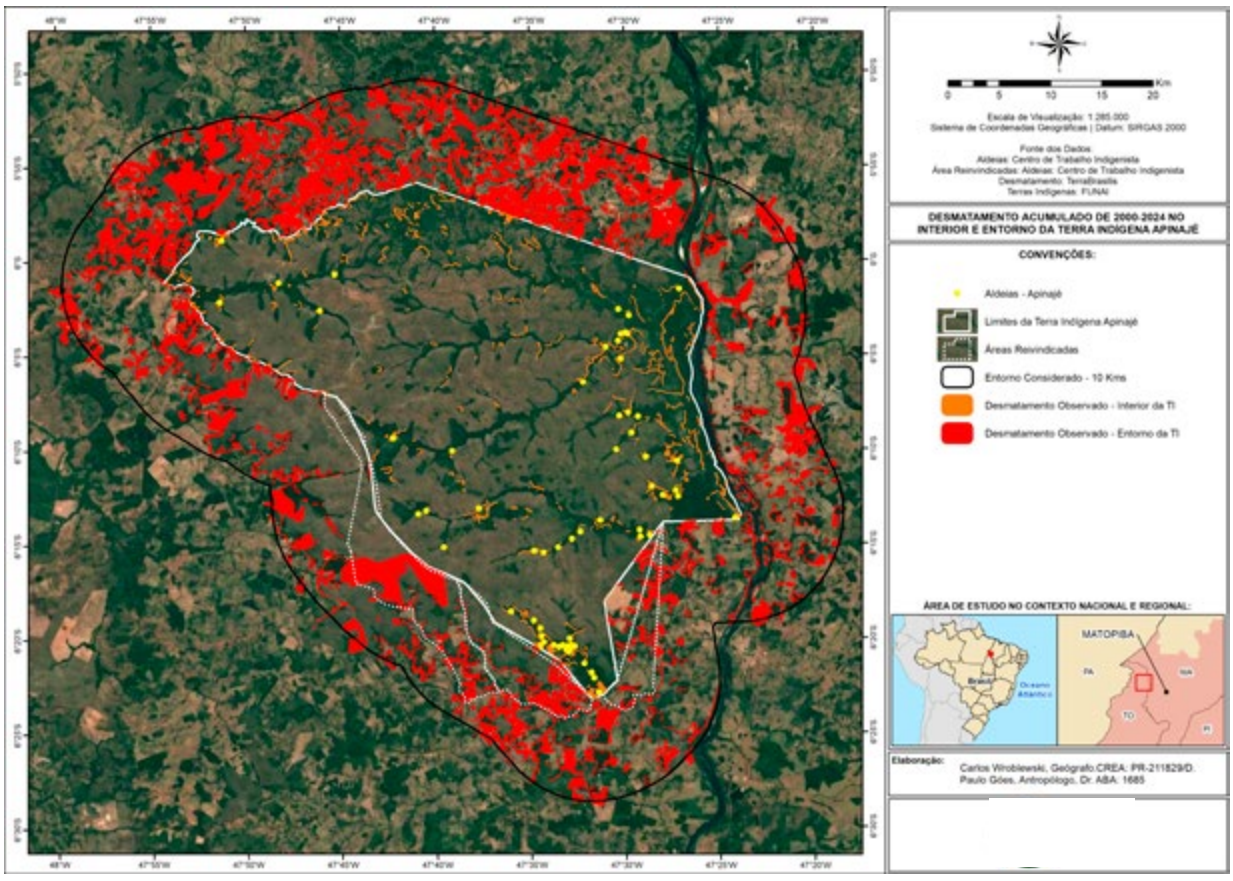
Ano do desmatamento	Área (ha)
2002	2.049,38
2004	2.425,51
2006	5.871,84
2008	5.290,95
2010	1.131,76
2012	1.902,55
2013	1.489,53
2014	1.249,16
2015	1.948,24
2016	1.561,37
2017	607,67
2018	702,76
2019	1.048,03
2020	1.313,41
2021	1.736,28
2022	2.053,30
2023	958,55
2024	915,01
Desmatamento total: **34.255,29**	

Chama a atenção que ao somar os dados de 2006 a 2008, a soma de área desmatada foi de 11.162 hectares, o que representa 33% do total da área desmatada em apenas quatro anos.

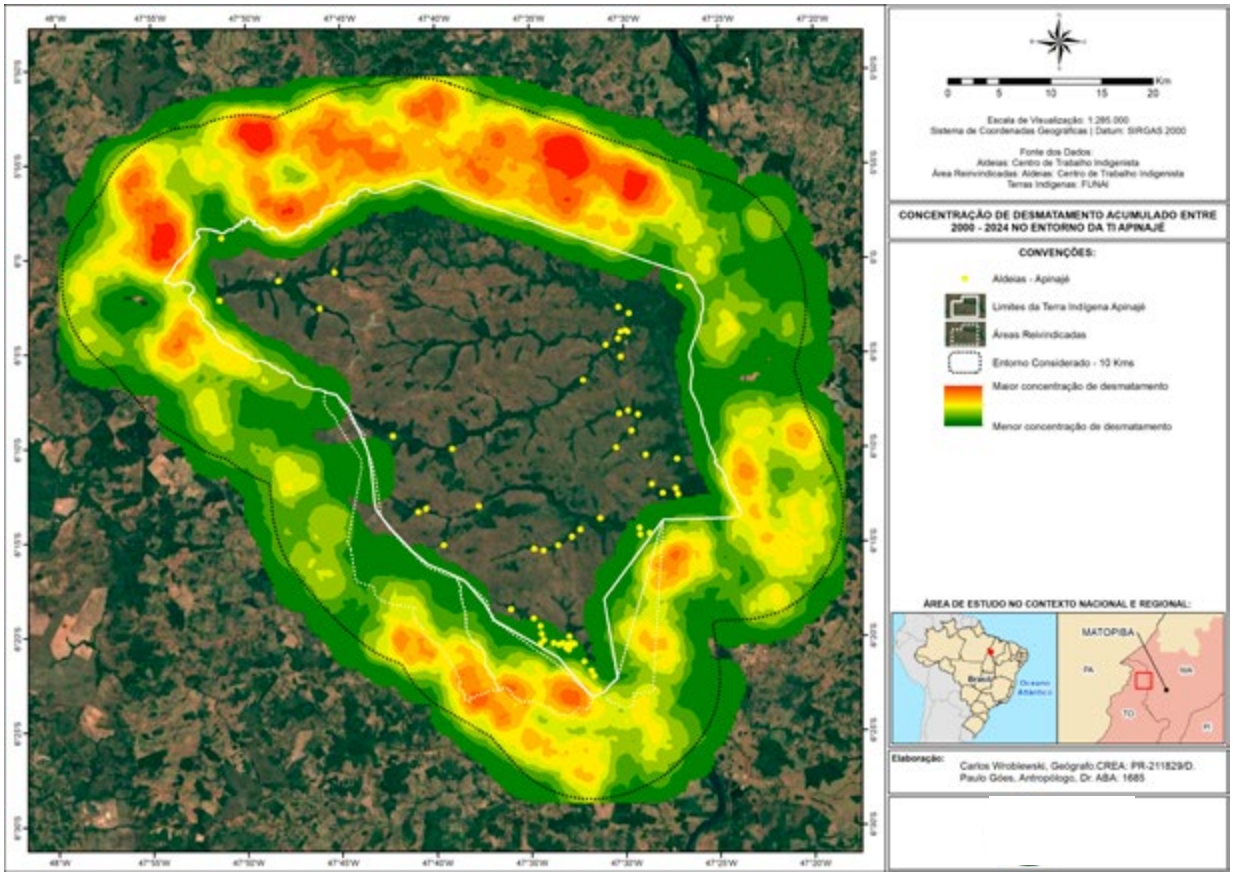
Área desmatada no entorno da TI Apinajé (2002-2024)



Os dados de desmatamento permitem concluir que o principal vetor de degradação se localiza ao norte da terra indígena, sendo que os dados de uso da terra, anteriormente analisados, corroboram os dados de desmatamento.



Mapa: Desmatamento acumulado de 2000-2024 no interior e entorno da TI Apinajé.



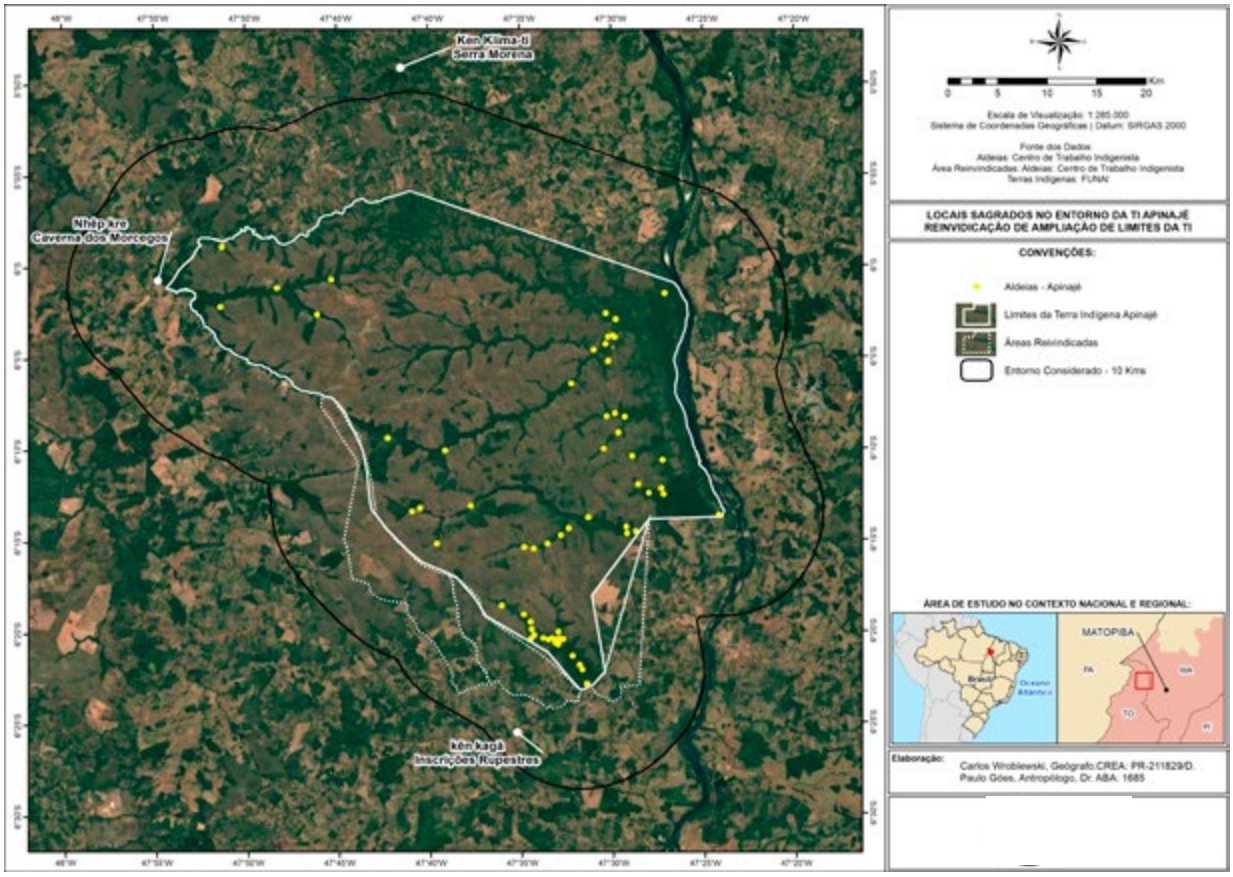
Mapa: Concentração de desmatamento acumulado entre 2000-2024 no entorno da TI Apinajé.

Historicamente o entorno leste da TI já se encontrava com maior uso e ocupação do solo, sendo observado nos dados de uso de 1985. Entretanto, o avanço atual da fronteira agrícola é mais intenso na porção norte, sendo que essa região abriga diversos áreas com os maiores acumulados de desmatamento.

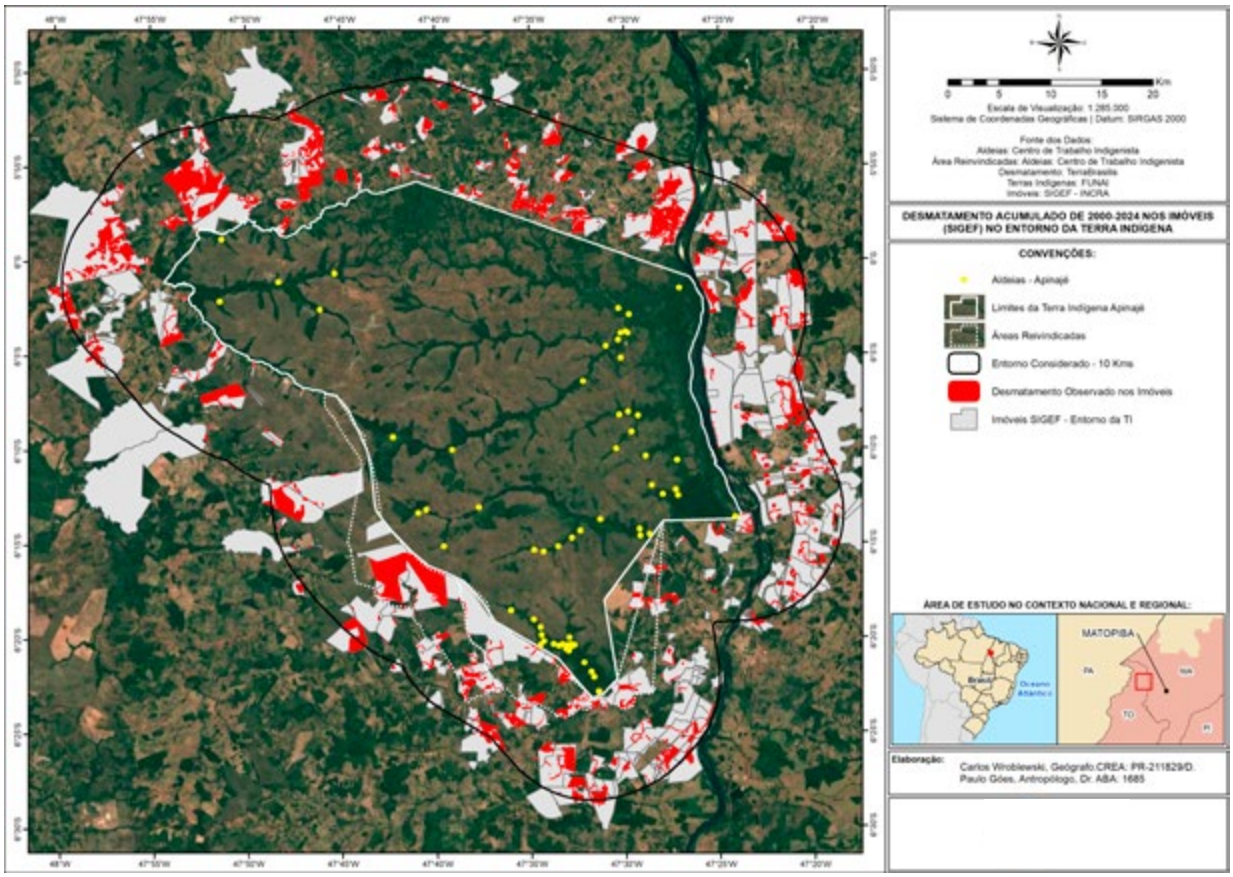
A comparação dos dados de uso da terra de 1985 e 2023 indicam que, de forma geral, houve intensa transformação de áreas de floresta e de Cerrado em áreas de pastagem, lavoura e outros usos, especialmente em áreas reivindicadas na porção sul e no entorno das áreas sagradas do *Kẽn kagà e Nhêp kre*, sendo essas as áreas com pinturas rupestres e a caverna do morcego, respectivamente.

Ao realizar o cruzamento dos dados de desmatamento com os dados de imóveis registrados no SIGEF, foram observados 330 imóveis com algum desmatamento no período de 2000 a 2024, o que representa 78,75% de todos os imóveis certificados e registrados encontrados no entorno da Terra Indígena Apinajé.

Esses registros estão associados a 228 imóveis distintos, o que indica que diversos imóveis foram desmatados mais de uma vez ao longo do tempo. Ademais, foram identificados 52 imóveis com mais de um registro de desmatamento, sendo que o imóvel 9211140035908, Fazenda Curralinho, apresenta 12 registros de recorrência.

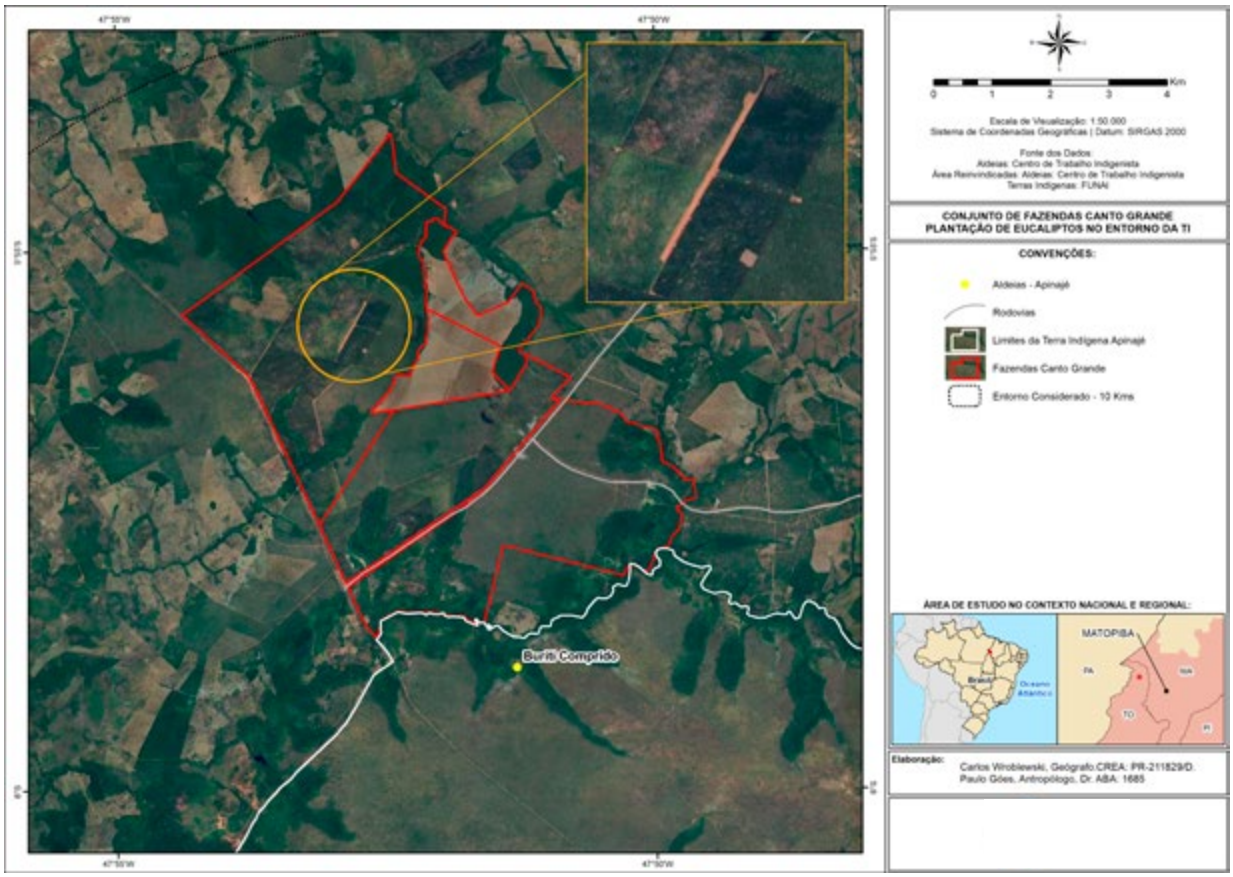


Mapa: Locais sagrados no entorno da TI Apinajé - reivindicação de ampliação de limites da TI.



Mapa: Desmatamento acumulado de 2000-2024 nos imóveis (SIGEF) no entorno da TI Apinajé.

A maior área desmatada se encontra na Fazenda Canto Grande 001 (Código do Imóvel no SIGEF: 9210330183419), da Suzano Celulose, a qual possui 1.081,47 hectares desmatados, representando 80,24% da área com histórico de desmatamento. Ademais, observa-se que em uma das áreas de plantio na fazenda Canto Grande 001, há uma pista de pouso de, aproximadamente 1.000 metros, mais do que suficiente para operação de aeronaves como Embraer Ipanema, Air Tractor e demais, as quais são responsáveis pela pulverização de agrotóxicos. Cabe salientar que a pista em questão não consta no sistema ROTAER de Informações Aeronáuticas do Brasil, gerenciado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, sendo de uso privado, mas desprovida de registros oficiais.



Mapa: Conjunto de Fazendas Canto Grande - plantação de eucalipto no entorno da TI Apinajé.

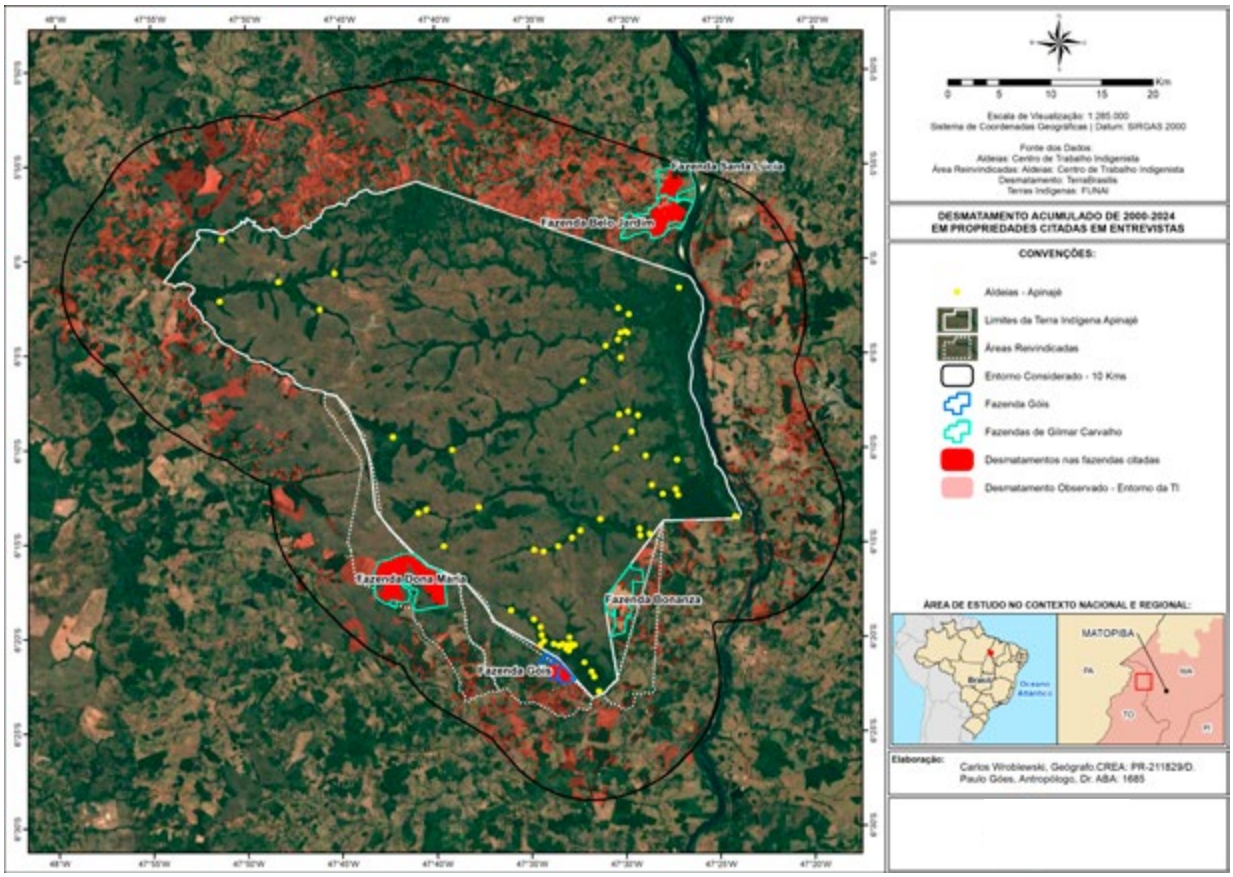
Por fim, foi identificado que diversas fazendas/parcelas possuem mais de 80% da área completamente desmatada, o que indica potencial descumprimento da legislação ambiental no que diz respeito à conservação de uma área de vegetação nativa, a Reserva Legal. No bioma Cerrado fora dos limites da Amazônia Legal, a área mínima de Reserva Legal é de 20% e dentro da Amazônia Legal é de 35%.

Imóvel / Código do imóvel	Área efetivamente desmatada (ha)	Área do imóvel (ha)	Percentual dematado
Fazenda Maior - Loteamento Gleba Nazaré II - LOTE 4 - Gleba 2 / CÓD: 9501145425044	4,04	4,04	100,00%
Lote 08, Gleba Matão - Parcela 02 / CÓD: 9999113936495	40,92	41,67	98,21%
Fazenda Lajinha - Lote 97- Lote Faz Serra GL 10 - Fazenda Lajinha - Parte 2 / CÓD: 9501149307178	9,83	10,04	97,97%
Fazenda Canto Grande - Parte do Lote 394 - Gleba 02 / CÓD: 9511374966267	187,80	198,80	94,47%
Lote 08, Gleba Matão - Parcela 01 / CÓD: 9999113936495	8,31	8,88	93,54%
Fazenda Mina Sul - Lote 79, Gleba 10 / CÓD: 9500686693770	151,57	170,80	88,74%
Fazenda Santo Expedito Gleba Maurilândia Lote 24 Parte - Área Remanescente / CÓD: 9501061417208	49,81	57,35	86,85%
Fazenda São Sebastião - Gleba 02 / CÓD: 9501227640512	78,51	92,33	85,04%
Fazenda Pelo de Boi (Área Remanescente do Lote 37-A da Gleba Maurilândia) - Gleba 01 / CÓD: 9511296280426	11,30	13,42	84,18%
Fazenda Baixa da Estema (Parte do Lote 81 da Gleba Maurilândia) - Gleba 01 / CÓD: 9999383044090	18,30	21,80	83,93%
Fazenda Libramento / CÓD: 9210760134047	111,32	133,39	83,45%
Fazenda Dona Maria II / CÓD: 9501227640431	589,01	733,99	80,25%
Fazenda Canto Grande 001 / CÓD: 9210330183419	1.081,47	1.347,78	80,24%

Análise do desmatamento nas principais áreas privadas registradas e certificadas no SIGEF no entorno da Terra Indígena Apinajé.

Ao sul dos limites atuais da terra indígena, em áreas reivindicadas pelos Apinajé, encontram-se as duas principais áreas desmatadas, sendo uma delas conhecida como Fazenda Góis e outra como Fazenda Dona Maria, além da Fazenda Bonanza, localizada à leste da Terra Indígena.

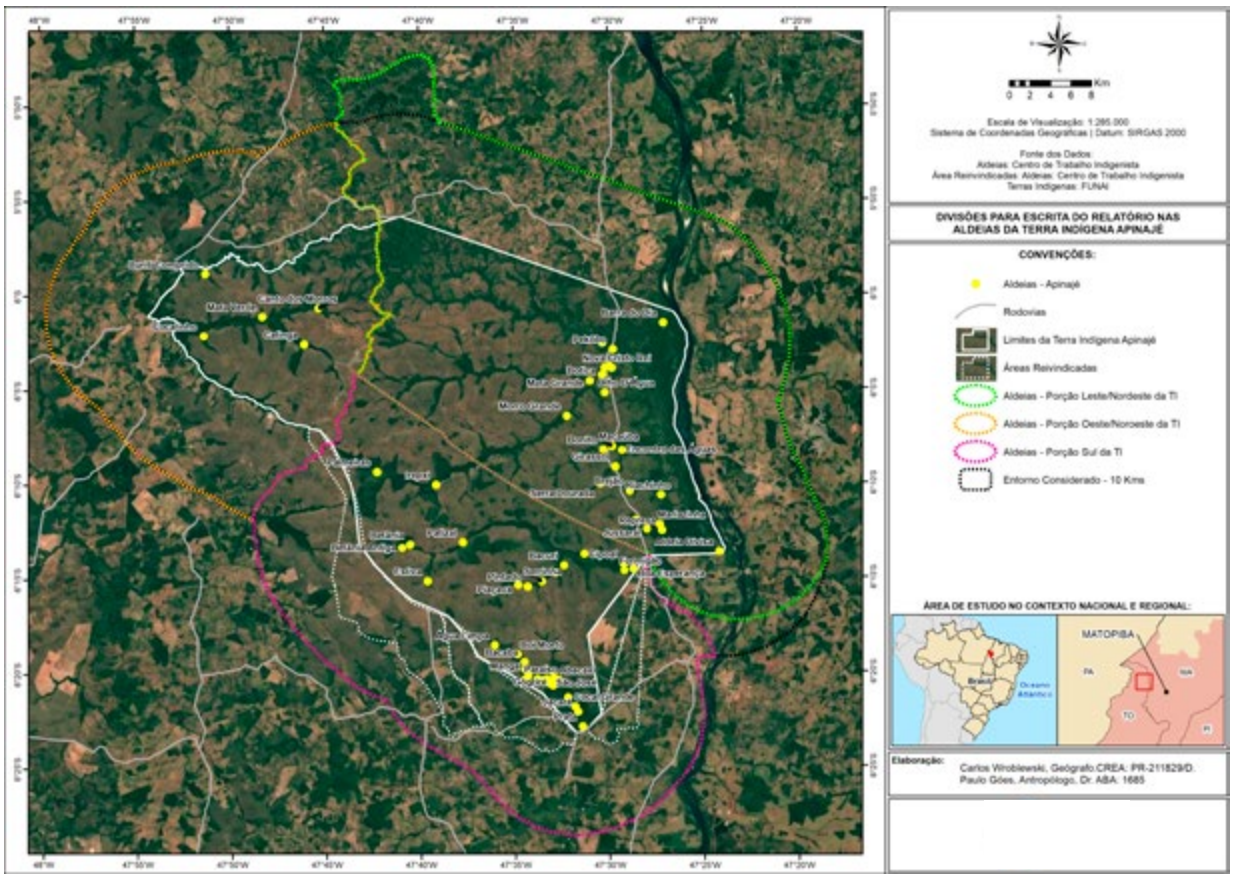
Como já relatamos, as fazendas Dona Maria e Bonanza pertencem à Agronorte, controlada por Gilmar Gonçalves de Carvalho, e ambas foram recorrentemente citadas durante as entrevistas realizadas junto aos Apinajé. A área em que atualmente se encontra a Fazenda Dona Maria, em suas diferentes glebas, já foi alvo de diversas denúncias relacionadas a extração ilegal de madeira e operação de carvoarias, bem como foi alvo de manifestações dos Apinajé contrários à invasão das suas áreas reivindicadas.



Mapa: Desmatamento acumulado de 2000-2024 em propriedades citadas em entrevistas.

5. Microrregiões, pressões e impactos

Tendo em vista a extensão das áreas e as diferentes pressões que a terra indígena sofre próximas aos seus limites , foi feita uma divisão em regiões para análises, permitindo entender os conflitos e pressões existentes em cada uma delas.



Mapa: Divisões para escrita do relatório nas aldeias da TI Apinajé.

A **porção Leste e Nordeste** da TI Apinajé, confrontando a Leste com o rio Tocantins, é atravessada pela TO 126 que liga os municípios de Tocantinópolis e Maurilândia do Tocantins. Nessa região da está localizada a Serra Morena, local de grande importância na história e cosmologia Apinajé e que se encontra fora dos atuais limites demarcados. Segundo os depoimentos dos Apinajé, é uma região que vem sofrendo com muita invasão de madeireiros, caçadores e pescadores ilegais. O acesso, facilitado pelo rio Tocantins e pela TO – 126, tornou essa porção da Terra Indígena perigosa para os próprios Apinajé no período noturno. As lideranças estão sendo ameaçadas e as comunidades evitam o trânsito no período da noite na TO - 126 devido à constante presença de caminhões transportando madeira retirada da Terra Indígena. Nas palavras de uma liderança “quando anoitece, aí vira uma terra sem lei”.



TO 126 no interior da TI Apinajé.

Situação parecida vem ocorrendo nas áreas de caça e pesca mais próximas ao limite com o rio Tocantins. As famílias estão evitando circular em seu próprio território com receio da ação dos invasores. Essa presença de invasores teve início a partir de 2017 e tem aumentado. As constantes invasões e as ameaças são as principais preocupações, há um forte sentimento de insegurança, impotência e intimidação nos relatos dos moradores dessa porção da Terra Indígena Apinajé.



Limite Leste da Terra Indígena Apinajé com Rio Tocantins, ao fundo área urbana de Campestre do Maranhão - MA.

Infelizmente, através de imagens de satélite não é possível identificar o desmatamento ilegal dentro da terra indígena, entretanto, os relatos obtidos indicam claramente o processo ocorrendo e alimentando a indústria madeireira no entorno, sendo Tocantinópolis e Maurilândia do Tocantins as localidades indicadas como receptoras da madeira extraída da terra indígena.

Nessa região se encontra também o conjunto de fazendas de Gilmar Gonçalves de Carvalho, sendo as fazendas Belo Jardim e Santa Lúcia as maiores fazendas observadas nessa porção do entorno. E ainda há a presença da Agronorte, conhecida como uma das maiores empresas do agronegócio da Região Norte do país, que é propriedade do próprio Gilmar Gonçalves de Carvalho.

Os dados de desmatamento dessas fazendas indicam que entre 2004 e 2008 ocorreram as principais supressões de vegetação, com focos de desmatamento também no ano de 2023.

Em síntese, os principais problemas dessa região no interior da terra indígena são:

I) invasão de madeireiros;
II) invasão de caçadores e pescadores;
III) ameaças às lideranças Apinajé que se opõem a essas práticas ilegais.

E no entorno da terra indígena os principais conflitos são decorrentes do:

I) desmatamento;
II) uso excessivo de agrotóxicos (incluindo pulverização aérea) com relatos de intoxicação por agrotóxicos;
III) pressão de empresas agropecuárias.

Outra região de análise é a Norte/Oeste da TI Apinajé, abrangendo a bacia do rio Araguaia. É a região com menor número de aldeias e população dentro da terra indígena, mas com uma série de transformações que são parte do que vêm ocorrendo na região do no Bico do Papagaio como um todo.

As entrevistas realizadas com as lideranças dessa região da terra indígena apontam que os principais problemas são ligados ao desmatamento e histórico de conflitos fundiários. Ademais, essa região está sofrendo impactos diretos da ampliação dos cultivos de eucalipto, pulverização aérea de agrotóxicos e degradação das nascentes.



Divisa da Terra Indígena Apinajé na porção Norte com a Gleba 11 - SNCR sob nº 9999620309702.

Novamente, os dados de uso da terra reforçam os relatos obtidos em campo, especialmente o crescimento observado nas áreas de silvicultura. A empresa Suzano é detentora das áreas de eucalipto, visando alimentar a sua planta industrial em Imperatriz (Maranhão), distante aproximadamente 100 kms da Terra Indígena Apinajé, contribuindo para o desmatamento do Cerrado e, possivelmente, para a degradação e diminuição dos fluxos hídricos na região.

Os dados de uso da terra de 1985, por exemplo, indicam que não existia nenhum tipo de silvicultura no entorno da terra indígena, ao passo que em 2023 o valor encontrado é de 370 hectares.

As áreas para plantação de eucalipto começaram a ser desmatadas entre 2004 e 2006, havendo a expansão das áreas no ano de 2022, em região mais próxima à Terra Indígena Apinajé. Tal fato é motivo de enorme preocupação futura, tendo em vista a tendência de expansão dos plantios, o que levaria a um limite direto entre a TI e as áreas de eucalipto. Atualmente as áreas de plantação de eucalipto se encontram nas fazendas Canto Grande 001 e 002, ambas da Suzano Celulose. Sendo que a Canto Grande 001, conforme já mencionado, possui pista de pouso com extensão suficiente para operação de aeronaves utilizadas para pulverização aérea de agrotóxicos.



Plantio de eucalipto e pista de pouso em áreas da fazenda Canto Grande. / Google Earth

Por fim, cabe destacar que a Suzano Papel e Celulose (CNPJ: 16.404.287/0001-55) possui histórico de violação de direitos de comunidades tradicionais em relação à pulverização aérea, com casos denunciados em plantações localizadas no Espírito Santo, Maranhão, Pará e Tocantins.

Em síntese, os relatos das entrevistas na porção oeste e noroeste (bacia do Rio Araguaia) da Terra Indígena Apinajé apontam que os principais problemas são ligados ao desmatamento, ampliação das áreas de eucalipto, diminuição do fluxo hídrico de rios, córregos e nascentes, uso excessivo de agrotóxicos no entorno (incluindo pulverização aérea) com relatos de intoxicação por agrotóxicos e pressão de empresas agropecuárias que operam no entorno.

Já a porção Sul e Sudeste da TI Apinajé abrange um numeroso conjunto de aldeias e uma área importante de reivindicação territorial. É uma região com sérios conflitos no entorno, considerando que o processo de exploração da terra e desmatamento está em uma fase ainda inicial se comparada à porção Norte e Oeste da terra indígena. O destaque de desmatamento nessa porção se localiza na Fazenda Dona Maria pertencente Gilmar Gonçalves de Carvalho (Agronorte), dentro da Gleba Matão, local em que há amplos desmatamentos até os limites da Terra Indígena Apinajé.



Limite da Terra Indígena Apinajé com antigo traçado da Transamazônica e Fazenda Dona Maria (propriedade de Gilmar Gonçalves Carvalho, dono da empresa Agronorte) nas proximidades da aldeia Patizal.

A Fazenda Dona Maria possuí ainda carvoarias como uma de suas atividades, abrigando mais de 30 fornos de carvão. A área foi objeto da Ação Civil Pública nº 1001322-07.2019.4.01.430. A justiça acolheu, por meio de Sentença, quase todos os pedidos do MPF, exceto a indenização individual aos indígenas e a intimação da comunidade para participar da ação. A sentença determinou, assim, a paralisação das atividades das carvoarias e o cancelamento das licenças ambientais, impondo multa de R$ 100.000,00 em caso de descumprimento.



Carvoaria localizada nos limites da fazenda Dona Maria.

Ainda dentro da área reivindicada na região sul, mas fora da Gleba Matão, está localizada a Fazenda Bonanza, citada ao longo das entrevistas em razão dos desmatamentos e também de propriedade de Gilmar Gonçalves de Carvalho.



Limite Sul da Terra Indígena Apinajé com a Fazenda Bonanza, propriedade de Gonçalves Carvalho, proprietário da empresa Agronorte.

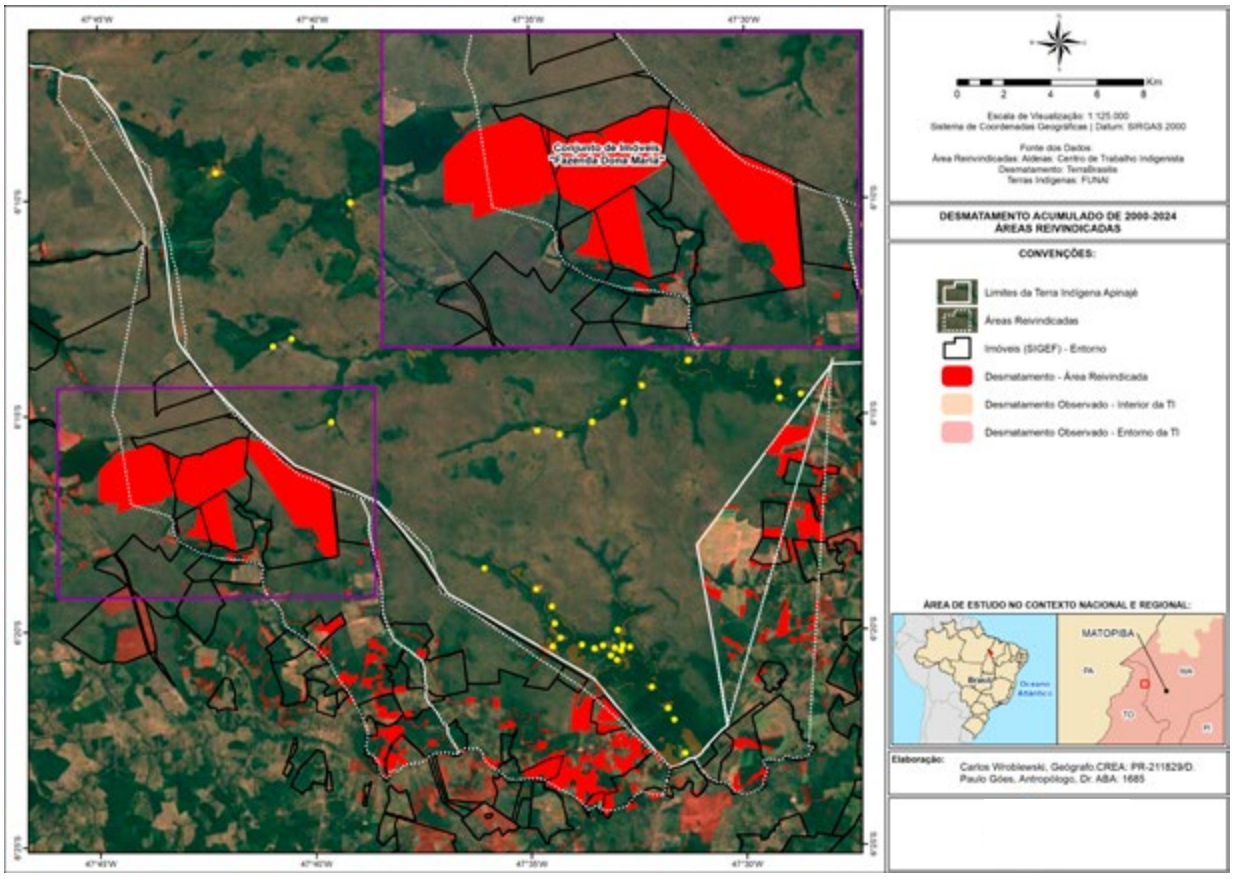
O cenário observado em imagens de satélite é problematizado pelas lideranças Apinajé no sentido de que vão além simplesmente das ilegalidades praticadas e suas consequências ambientais e fundiárias mais imediatas. As lideranças relatam que os efeitos da devastação adentram o território de diversas maneiras, seja através da contaminação por agrotóxicos nos rios ou a mudança nos ciclos de chuva.

Uma outra área crítica de desmatamento no limite sul da TI é a Fazenda Góis, também objeto da Ação Civil Pública nº 1001.322-07.2019.4.01.4301, juntamente à Fazenda Dona Maria. A sentença fproferida em março de 2025 determinou a anulação das licenças ambientais. Não foi possível localizar os nomes dos proprietários atuais.



Divisa da Terra Indígena Apinajé e Fazenda Góis, próximo da aldeia da Prata, TO – 210.

Em síntese, os dados levantados e as entrevistas realizadas na porção sul apontam que o desmatamento, especialmente nas áreas da Agronorte e Fazenda Góis, é a principal ameaça. Por isso a necessidade de retomar o reestudo dos limites da TI Apinajé território para abarcar importantes áreas tradicionais de uso e ocupação que ficaram de fora do processo demarcatório, e para conter o intenso processo de degradação ambiental.



Mapa: Desmatamento acumulado de 2000-2024 - áreas reivindicadas.

6. Considerações finais

Os dados levantados no diagnóstico demonstram que a Terra Indígena Apinajé está sendo fortemente pressionada pelo avanço da fronteira do agronegócio. Grandes grupos políticos e econômicos, como a Agronorte e Suzano Celulose, são os responsáveis pelo desmatamento de importantes áreas de vegetação nativa do Cerrado, gerando degradação ambiental, conflitos e inúmeros impactos ao território, à saúde e aos modos de vida dos Apinajé.

Diante desse cenário que, ao que tudo indica, tem uma tendência de intensificação no médio prazo, recomenda-se ações estratégicas no sentido de promover a proteção e integridade da Terra Indígena Apinajé:

- Retomar e concluir o processo de reestudo de limites da TI visando sua regularização fundiária;

- Realizar ações periódicas de fiscalização e de vigilância indígena nas regiões de limites da terra indígena;

- Avançar no levantamento e monitoramento dos dados de desmatamento das fazendas, de modo a identificar possíveis descumprimentos da legislação ambiental, no que diz respeito à conservação das áreas de reserva legal, áreas de proteção permanente e autorizações de supressão de vegetação;

- Realizar estudos aprofundados de contaminação por agrotóxicos nos recursos hídricos;

- Realizar levantamento das madeireiras na região para rastreamento da madeira extraída ilegalmente da terra indígena;

- Monitorar eventuais aplicações da Lei 3.525/2019, que dispõe sobre o reconhecimento e a convalidação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais no estado do Tocantins.



Porção Leste da TI Apinajé, margeada pelo Rio Tocantins.



Vista aérea da TI Apinajé.

Realização

Apoio

Centro de Trabalho Indigenista - CTI
Associação Wyty-Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

2025